

20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718 GOIÁS

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AUTOR(A/S) (ES) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

EMENTA: INQUÉRITO. SENADOR E GOVERNADOR DE ESTADO. FORO CONSTITUCIONAL. DESMEMBRAMENTO. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DE ORDEM PREJUDICADA.

I - Conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, salvo casos excepcionais, é de ser desmembrado o inquérito policial de modo a que o feito, nesta Corte, prossiga apenas em relação àqueles que possuem o foro constitucional.

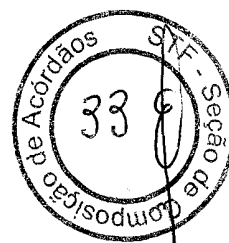
II - Desmembrado o feito, resta prejudicada questão de ordem que aventava acerca da necessidade de prévia manifestação da Assembléia Legislativa para o recebimento da denúncia em face de Governador de Estado.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente), na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria, decidir pelo desmembramento do processo, determinando-se remessa de cópia ao Superior Tribunal de Justiça para conhecimento da denúncia contra o Governador do Estado, vencido o Senhor Ministro Celso de Mello, considerando-se, em consequência, prejudicada a questão de ordem. Determinou-se, ainda, seja comunicada à Presidência a necessidade de que, em todos os processos sigilosos, sejam extraídas cópias para os Ministros para efeito de julgamento. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie, licenciados os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente).

Brasília, 20 de agosto de 2009.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR



20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

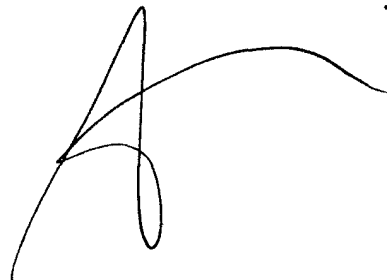
QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718-9 GOIÁS

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
AUTOR(A/S) (ES) : **PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: Trata-se de inquérito policial, instaurado em 11 de agosto de 2006, com a finalidade de apurar os crimes previstos no art. 299 do Código Eleitoral, Lei 4.737/65, art. 1º da Lei 9.613/93 e art. 288 do Código Penal, diante de indícios que apontavam para a "compra" de apoio eleitoral junto aos vereadores do Município de Pires do Rio, Estado de Goiás, para o pleito de 2006, supostamente praticados pela candidata, na ocasião, à Assembléia Legislativa LAMIS COSAC e, ainda, pelo candidato à Câmara Federal FRANCISCO DE OLIVEIRA, bem como por parlamentares daquela localidade.

No curso das investigações, mediante interceptações telefônicas autorizadas judicialmente, foram incluídos no rol de investigados o atual Governador do Estado de Goiás ALCIDES RODRIGUES FILHO, e o Senador da República MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR, motivo que ensejou a tramitação do feito perante esta Corte Suprema.



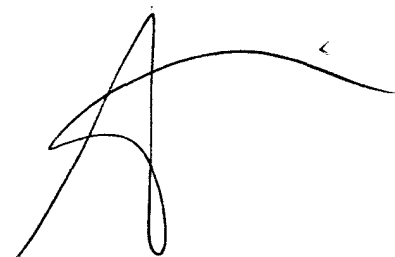
Inq 2.718-QO / GO

Às fls. 927/933, o investigado ALCIDES ingressou com questão de ordem no sentido de aventar a necessidade de obter-se prévia autorização da Assembléia Legislativa de Goiás para que pudesse ser processado judicialmente, seja perante o Superior Tribunal de Justiça, seja em face do Supremo Tribunal Federal.

Alega, em síntese, que a exigência de prévia manifestação do Legislativo local teria por fundamento o respeito ao princípio federativo e a necessidade de guardar-se, na matéria, a simetria entre a Constituição Federal e a Estadual.

Nesta linha, sustenta que se, para a abertura de processo e posterior julgamento do Chefe do Poder Executivo Federal é de rigor prévia autorização da Câmara dos Deputados (art. 51, I, da CF), há que se exigir a mesma providência no caso dos Governadores de Estado.

Em seu abono, o investigado ALCIDES enumera vários precedentes desta Corte, com destaque para os Recursos Extraordinários 153.968 e 159.230, o *Habeas Corpus* 86.015 e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade 978, 1.012, 1.014 e 1.018.



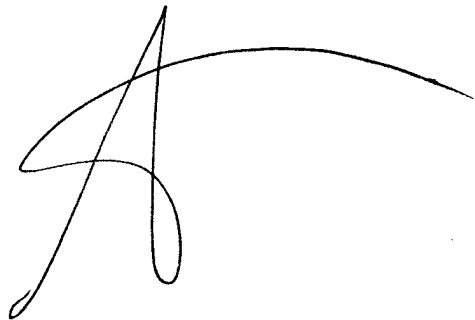
Inq 2.718-QO / GO

A Procuradoria Geral da República manifestou-se contrariamente à pretensão (fls. 1.177/1.182), em parecer do qual destaco o seguinte trecho:

"(...) é preciso esclarecer que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça são Tribunais Nacionais e de superposição, de modo que não integram a Justiça Federal, nem a Estadual. Sendo assim, eventual decisão destes que produza efeitos sobre o Estado-membro, em especial sobre o ocupante da chefia do Executivo, não configura qualquer ingerência da União, enquanto pessoa jurídica de direito público interno, sobre o respectivo Estado.

Afirmar que o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal afronta a autonomia do Estado de Goiás, porque de acordo com a regra prevista no art. 39, § 1º, I, da Constituição Estadual essa decisão provoca a suspensão do exercício das funções do Governador, é supor de maneira incorreta que o Supremo Tribunal Federal é Tribunal integrante da Justiça Federal e, por isso, estaria havendo intervenção da União do Estado-membro."

É o relatório.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of a tall vertical stroke with a loop at the bottom and a long horizontal stroke extending to the right.

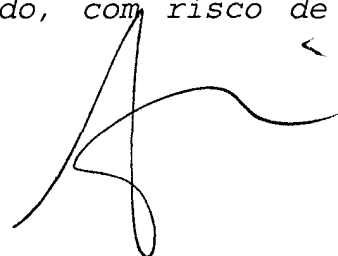
20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718-9 GOIÁSV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): De fato, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal inclina-se no sentido de que é necessária a prévia autorização das Assembléias Legislativas dos Estados para o início de processos, por crime comum, em face dos Governadores, conforme demonstram as ementas dos precedentes relacionados pelo investigado ALCIDES:

"ESTADO DA BAHIA. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE CRIME COMUM, ATRIBUIDO AO GOVERNADOR. ART. N. 107 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, QUE CONDICIONA O RESPECTIVO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO À ADMISSÃO DA ACUSAÇÃO POR 2/3 DOS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DECISÃO QUE TERIA OFENDIDO OS ARTS. 25; 51, I; 86 E 105, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Alegação descabida. A norma do art. 105, I, a, primeira parte, da Constituição Federal, que prevê a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar os crimes em referência, não pode ser interpretada senão em consonância com o princípio da autonomia dos Estados-membros, e, portanto, sem contrariedade ao disposto no art. 25, da mesma Carta, segundo o qual serão eles organizados e regidos pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios estabelecidos no Texto Fundamental federal, entre os quais figura, desenganadamente, o de que o julgamento do Chefe do Poder Executivo há de ser precedido de manifestação política do Poder Legislativo (art. 51, I), que diga da conveniência, ou não, de que se proceda contra quem exerce a suprema magistratura do Estado, com risco de




Inq 2.718-QO / GO

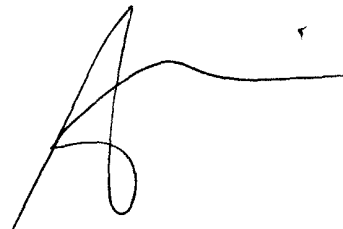
perda da liberdade e, pois, de destituição indireta de suas funções. Recurso não conhecido". (RE 153.968, Plenário, j. 6/10/1993, Rel. Min. Ilmar Galvão)

"EMENTA: Governador de Estado: processo por crime comum: competência originaria do Superior Tribunal de Justiça que não implica a inconstitucionalidade da exigência pela Constituição Estadual da autorização previa da Assembléia Legislativa. I - A transferência para o STJ da competência originaria para o processo por crime comum contra os Governadores, ao invés de elidi-la, reforça a constitucionalidade da exigência da autorização da Assembléia Legislativa para a sua instauração: se, no modelo federal, a exigência da autorização da Câmara dos Deputados para o processo contra o Presidente da República finca raízes no princípio da independência dos poderes centrais, a mesma inspiração se soma o dogma da autonomia do Estado-membro perante a União, quando se cuida de confiar a própria subsistência do mandato do Governador do primeiro a um órgão judiciário federal. II - A necessidade da autorização previa da Assembléia Legislativa não traz o risco, quando negadas, de propiciar a impunidade dos delitos dos Governadores: a denegação traduz simples obstáculo temporário ao curso de ação penal, que implica, enquanto durar, a suspensão do fluxo do prazo prescricional". (RE 159.230, Plenário, j. 28/3/1994, Rel. Min. Sepúlveda Pertence)

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAIBA - OUTORGA DE PRERROGATIVAS DE CARÁTER PROCESSUAL PENAL AO GOVERNADOR DO ESTADO - IMUNIDADE À PRISÃO CAUTELAR E A QUALQUER PROCESSO PENAL POR DELITOS ESTRANHOS A FUNÇÃO GOVERNAMENTAL - INADMISSIBILIDADE - OFENSA AO PRINCÍPIO REPUBLICANO - USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO - PRERROGATIVAS INERENTES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ENQUANTO CHEFE DE ESTADO (CF/88, ART. 86, PAR. 3. E 4.) - AÇÃO DIRETA PROCEDENTE. PRINCÍPIO REPUBLICANO E RESPONSABILIDADE DOS GOVERNANTES. - A responsabilidade dos governantes tipifica-se como uma das pedras angulares essenciais à configuração mesma da idéia republicana. A consagração do princípio da responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, além de



refletir uma conquista básica do regime democrático, constitui consequência necessária da forma republicana de governo adotada pela Constituição Federal. O princípio republicano exprime, a partir da idéia central que lhe é subjacente, o dogma de que todos os agentes públicos - os Governadores de Estado e do Distrito Federal, em particular - são igualmente responsáveis perante a lei. RESPONSABILIDADE PENAL DO GOVERNADOR DO ESTADO. - Os Governadores de Estado - que dispõem de prerrogativa de foro *ratione muneris* perante o Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I, a) - estão permanentemente sujeitos, uma vez obtida a necessária licença da respectiva Assembléia Legislativa (RE 153.968-BA, Rel. Min. ILMAR GALVAO; RE 159.230-PB, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE), a processo penal condenatório, ainda que as infrações penais a eles imputadas sejam estranhas ao exercício das funções governamentais. - A imunidade do Chefe de Estado à persecução penal deriva de cláusula constitucional exorbitante do direito comum e, por traduzir consequência derogatória do postulado republicano, só pode ser outorgada pela própria Constituição Federal. Precedentes: RTJ 144/136, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; RTJ 146/467, Rel. Min. CELSO DE MELLO. Análise do direito comparado e da Carta Política brasileira de 1937. IMUNIDADE À PRISÃO CAUTELAR - PRERROGATIVA DO PRESIDENTE DA REPUBLICA - IMPOSSIBILIDADE DE SUA EXTENSAO, MEDIANTE NORMA DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, AO GOVERNADOR DO ESTADO. - O Estado-membro, ainda que em norma constante de sua própria Constituição, não dispõe de competência para outorgar ao Governador a prerrogativa extraordinária da imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária, pois a disciplinação dessas modalidades de prisão cautelar submete-se, com exclusividade, ao poder normativo da União Federal, por efeito de expressa reserva constitucional de competência definida pela Carta da Republica. - A norma constante da Constituição estadual - que impede a prisão do Governador de Estado antes de sua condenação penal definitiva - não se reveste de validade jurídica e, conseqüentemente, não pode subsistir em face de sua evidente incompatibilidade com o texto da Constituição Federal. PRERROGATIVAS INERENTES AO PRESIDENTE DA REPUBLICA ENQUANTO CHEFE DE ESTADO. - Os Estados-membros não podem reproduzir em suas próprias Constituições o conteúdo normativo dos preceitos inscritos no art. 86,



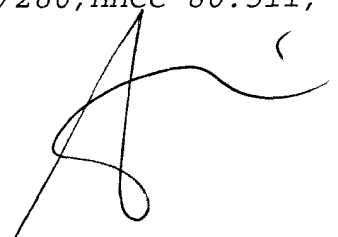
Inq 2.718-QO / GO

PAR.3. e 4., da Carta Federal, pois as prerrogativas contempladas nesses preceitos da Lei Fundamental - por serem unicamente compatíveis com a condição institucional de Chefe de Estado - são apenas extensíveis ao Presidente da República". (ADI 978, Plenário, j. 19/10/1995, Rel. Min. Ilmar Galvão, Rel. para acórdão Min. Celso de Mello)

Conteúdo semelhante apresentam as ementas das ADI 1012, 1014 e 1018, julgadas na mesma data.

Destaco, ainda, que o STF, em posicionamento mais recente, decidiu o seguinte:

"EMENTA: Governador de Estado: processo por crime comum: competência originária do Superior Tribunal de Justiça que não implica a inconstitucionalidade da exigência pela Constituição Estadual da autorização prévia da Assembléia Legislativa. 1. A transferência para o STJ da competência originária para o processo por crime comum contra os Governadores, ao invés de elidi-la, reforça a constitucionalidade da exigência da autorização da Assembléia Legislativa para a sua instauração: se, no modelo federal, a exigência da autorização da Câmara dos Deputados para o processo contra o Presidente da República finca raízes no princípio da independência dos poderes centrais, à mesma inspiração se soma o dogma da autonomia do Estado-membro perante a União, quando se cuida de confiar a própria subsistência do mandato do Governador do primeiro a um órgão judiciário federal. 2. A necessidade da autorização prévia da Assembléia Legislativa não traz o risco, quando negadas, de propiciar a impunidade dos delitos dos Governadores: a denegação traduz simples obstáculo temporário ao curso de ação penal, que implica, enquanto durar, a suspensão do fluxo do prazo prescricional. 3. Precedentes do Supremo Tribunal (RE 159.230, Pl, 28.3.94, Pertence, RTJ 158/280; HHCC 80.511,



Inq 2.718-QO / GO

2ª T., 21.8.01, Celso, RTJ 180/235; 84.585, Jobim, desp., DJ 4.8.04). 4. A autorização da Assembléia Legislativa há de preceder à decisão sobre o recebimento ou não da denúncia ou da queixa. 5. Com relação aos Governadores de Estado, a orientação do Tribunal não é afetada pela superveniência da EC 35/01, que aboliu a exigência da licença prévia antes exigida para o processo contra membros do Congresso Nacional, alteração que, por força do art. 27, §1º, da Constituição alcança, nas unidades federadas, os Deputados Estaduais ou Distritais, mas não os Governadores". (Habeas Corpus 86.015, 1ª Turma, j. 16/8/2005, Rel. Min. Sepúlveda Pertence).

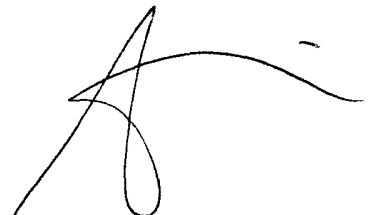
Este caso, todavia, traz consigo uma peculiaridade que, no meu entender, enseja reflexão uma pouco mais aprofundada desta Suprema Corte.

Isso porque a Constituição do Estado de Goiás, conforme se vê em seu art. 11, que estabelece as competências da Assembléia Legislativa, não elenca, de forma explícita, dentre as suas atribuições a deliberação acerca da prévia autorização para que o Governador seja processado por crime comum.

Transcrevo abaixo o dispositivo mencionado:

"Art. 11 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

I - autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos internos e externos, bem como conceder garantias do Tesouro Estadual em operações de crédito;



Inq 2.718-QO / GO

II - autorizar o Governador e o Vice-Governador a se ausentarem do País por qualquer prazo, ou do Estado por mais de quinze dias;

III - aprovar a intervenção estadual nos Municípios, bem como suspendê-la;

IV - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

V - mudar, temporariamente, sua sede;

VI - fixar a remuneração dos Deputados em cada legislatura, para a subsequente e, para cada exercício financeiro, a do Governador e do Vice-Governador;

VII - julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Governador e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

VIII - fiscalizar e controlar, diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

IX - apreciar convênios ou acordos firmados pelo Estado;

X - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios e aprovar os indicados pelo Governador;

XI - autorizar referendo e convocar plebiscito, na forma da lei;

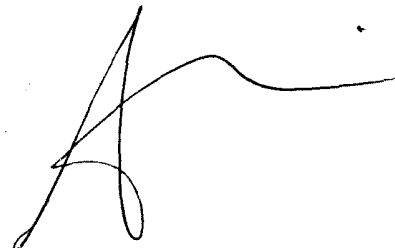
XII - aprovar, previamente, a alienação ou cessão de uso de terras públicas;

XIII - processar e julgar o Governador e o Vice-Governador por crime de responsabilidade e os Secretários de Estado por crime da mesma natureza, conexo com aquele;

XIV - proceder à tomada de contas do Governador, quando não prestadas dentro de sessenta dias após a abertura da Sessão Legislativa;

XV - elaborar seu regimento interno e dispor sobre organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de serviços de sua secretaria, provê-los, conceder aposentadoria aos seus servidores e pensão aos seus dependentes, no caso de morte, e, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, fixar sua remuneração;

XVI - conceder licença para processar deputados;



XVII - dar posse ao Governador e ao Vice-Governador;

XVIII - conhecer da renúncia do Governador e do Vice-Governador;

XIX - conceder licença ao Governador para interromper, por motivo de doença, o exercício de suas funções;

XX - destituir, por voto da maioria de seus membros, o Governador ou o Vice-Governador, após o trânsito em julgado de sentença condenatória, por crime comum com pena privativa de liberdade, ou por crime de responsabilidade;

XXI - apreciar as contas anuais do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios;

XXII - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a destituição do Procurador-Geral de Justiça;

XXIII - solicitar a intervenção federal, quando houver coação ou impedimento do Poder;

XXIV - suspender, no todo ou em parte, a execução de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Tribunal de Justiça;

XXV - dispor sobre o sistema de previdência social dos seus membros;

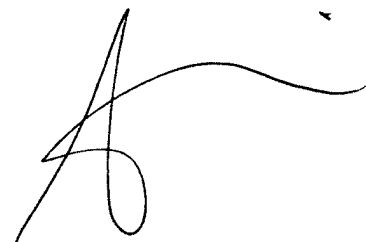
XXVI - declarar a perda de mandato de deputados, pelo voto de dois terços de seus membros;

XXVII - ordenar, por solicitação do Tribunal de Contas do Estado, a sustação de contratos por ele impugnados;

XXVIII - declarar, por maioria absoluta, o impedimento do Governador ou do Vice-Governador e a conseqüente vacância do cargo, em caso de doença grave que afete suas faculdades mentais ou sua vontade;

XXIX - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, a escolha do Presidente do Banco do Estado de Goiás".

Noto, aliás, que o inciso XVI taxa de privativa a competência da Assembléia Legislativa para autorizar o início de



Inq 2.718-QO / GO

processos contra seus Deputados, silenciando, todavia, quanto a essa competência no tocante ao Governador do Estado.

A única menção que a Carta estadual faz ao tema é aquela constante do art. 39, *in verbis*:

"Art. 39 - Admitida a acusação contra o Governador, será ele submetido a julgamento, pelo Superior Tribunal de Justiça nas infrações penais comuns e pela Assembléia Legislativa por crimes de responsabilidade.

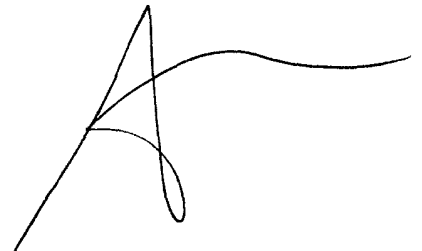
§ 1º - O Governador ficará suspenso de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida, pelo Superior Tribunal de Justiça, a denúncia ou queixa-crime;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instrução do processo pela Assembléia.

§ 2º - Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Governador, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo."

Compreendida isoladamente, a expressão "Admitida a acusação contra o Governador", constante do caput do art. 39 da Carta de Goiás, não comete a atribuição em debate à Assembléia Legislativa, servindo apenas para indicar que, se o processo penal foi instaurado contra o Chefe do Executivo, perante o órgão judicial competente, ele será suspenso de suas funções, a teor do que estabelece o § 1º, I, do referido dispositivo.



Ocorre que o Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Goiás, do qual é possível o exegeta valer-se para chegar a uma interpretação dita "autêntica" da Constituição do Estado, prevê, expressamente, em seus arts. 181 e 182, parágrafo único, a prévia autorização dos parlamentares estaduais para o desencadeamento da persecução penal contra o Governador, conforme segue:

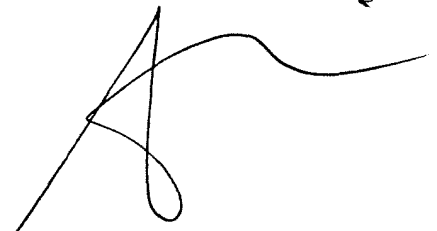
"Art.181. O processo e julgamento do Governador e Vice-Governador por crime de responsabilidade e dos Secretários de Estado por crimes da mesma natureza conexos com aquele, representado por ato que atente contra qualquer dos incisos do art.38 da Constituição do Estado, terá início com representação fundamentada e acompanhada dos documentos que a comprovem ou de declaração da impossibilidade de apresentá-los, mas indicando onde possam ser encontrados.

§ 1º O Presidente da Assembléia, recebendo a representação, com firma reconhecida e rubricada, folha por folha, em 2 (duas) vias, enviará imediatamente uma via ao Governador, ao Vice-Governador ou aos Secretários de Estado para que estes prestem informações dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º No mesmo prazo do §1º, o Presidente da Assembléia constituirá uma Comissão Especial, nos termos deste Regimento, para emitir parecer sobre a representação, também no prazo máximo de 15 (quinze)dias, prorrogáveis por 5 (cinco) dias, a contar de sua instalação.

§ 3º O parecer da Comissão concluirá por projeto de decreto legislativo, pela procedência ou não da representação.

§ 4º O projeto de decreto legislativo, publicado ou impresso em avulso, será incluído na ordem do dia da sessão imediata e na sua discussão poderão falar 3 (três) Deputados por bancada, pelo prazo de 1 (uma) hora.



§ 5º Encerrada a discussão do projeto, não será permitido encaminhamento de votação, nem questões de ordem.

§ 6º Aprovado o projeto que conclua pela procedência da acusação, em escrutínio secreto, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, nos termos do inciso XX do art.11 da Constituição Estadual, o Presidente promulgará o decreto legislativo, encaminhando uma via do mesmo ao substituto constitucional do Governador, para que assuma o poder na data em que entrar em vigor a decisão da Assembléia.

§ 7º Declarada improcedente a acusação será a representação arquivada.

§ 8º Procedente a acusação passar-se-á ao julgamento e, se decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o mesmo não estiver concluído, cessará o afastamento do Governador, Vice-Governador ou Secretário de Estado, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 9º O julgamento será proferido pelo voto secreto e não poderá impor outra pena que não a da perda do mandato.

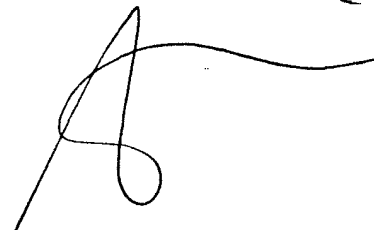
§ 10 As normas de funcionamento da comissão especial de que trata o §2º deste artigo, são as mesmas constantes para as comissões parlamentares de inquérito.

§ 11 As normas de processo e julgamento serão, no que for aplicável, as definidas e reguladas em lei especial, para o Presidente da República.

Art. 182. Para a declaração da procedência de acusação ao Governador do Estado nos crimes comuns proceder-se-á como preceituam os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art.181.

Parágrafo único. Após a declaração de procedência da acusação, os autos do processo serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento, nos termos do art.39 da Constituição Estadual."

Logo, eventual lacuna na Carta local deve-se mais à deficiente técnica legislativa de seus redatores, do que a uma omissão deliberada dos constituintes estaduais, a qual, numa

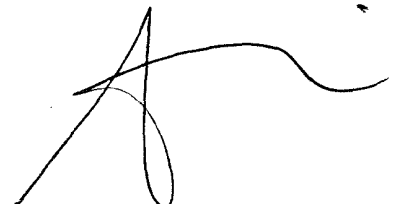


Inq 2.718-QO / GO

interpretação mais açodada poderia levar a conclusão de que teriam aberto mão dessa prerrogativa, na verdade, irrenunciável.

Essa exegese, a meu ver, encontra-se em harmonia com a melhor doutrina e, como visto, com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, José Afonso da Silva afirma o seguinte:

"(...) até a 6ª edição, observáramos que, nos crimes comuns, não nos parecia mais possível definir, na Constituição estadual, que a admissibilidade do processo perante o Superior Tribunal de Justiça dependesse de autorização da Assembléia Legislativa. As Constituições estaduais, no entanto, tomaram rumo diverso, exigindo tal autorização. Em face disso, re melios perpensa, entendemos válida esta posição das Cartas dos Estados. É que o juízo prévio de admissibilidade da acusação, que requer o voto de dois terços da representação popular, é um prejulgamento que embasa a suspensão do acusado de suas altas funções. Com aquela mesma idéia dos sistemas argentino e norte-americano de que uma alta autoridade governamental não pode ser submetida a um processo político ou criminal, enquanto estiver no exercício de sua magistratura. Hamilton já advertia, faz dois séculos, que um tribunal bem constituído para julgar denúncias é não menos desejável do que difícil de se conseguir em um governo totalmente eletivo, pois as ofensas resultantes de irregularidades de homens públicos são de natureza política, de onde várias fórmulas sugeridas perante a Convenção de Filadélfia, entendendo que a solução encontrada de controle político prévio ao processo criminal como um prudente meio. O Brasil encontro ainda um sistema mais adequado, submetendo o processo de imposição de sanção política ou criminal a uma condição prévia de oportunidade política a ser decidida pela representação popular, o que corresponde a uma exigência democrática de que o Governador, como o Presidente da República, só deva ser

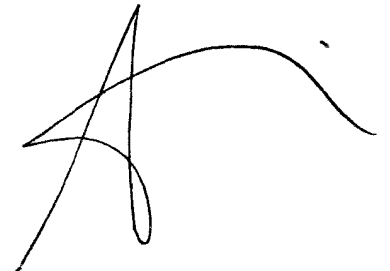


Inq 2.718-QO / GO

submetido a um processo que o afaste do cargo para o qual foi eleito pelo povo, com o consentimento ponderado pelo voto de dois terços dos membros da respectiva assembléia representante desse mesmo povo." ¹

Em face do exposto, encaminho a questão de ordem no sentido de que se mostra necessária a prévia autorização da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás para o eventual desencadeamento da ação proposta pelo Ministério Público contra investigado ALCIDES RODRIGUES FILHO.

Todavia, como sua situação nos autos apresenta peculiaridades que não se confundem aquelas que dizem respeito à condição do acusado MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR, entendo que cumpre desmembrar o processo e remetê-lo para o Superior Tribunal de Justiça para as providências cabíveis, prosseguindo sua tramitação nesta Suprema Corte quanto a este último, que deverá ser notificado para, moldes do art. 4º da Lei 8.038/90, apresentar a defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias.



¹ **Curso de direito constitucional positivo.** 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006, pp. 630-631.

20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718 GOIÁS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Senhor Presidente, fica prejudicada a questão de ordem quanto à necessidade, ou não, de licença para dar-se o curso da ação penal contra o Governador. Se o relator preconiza o desdobramento, é porque entende ser competente, até mesmo para julgar essa matéria, o Superior Tribunal de Justiça.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro Ricardo Lewandowski (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), vossa Excelência me permite? A matéria ainda está pendente, Presidente. Iniciamos o julgamento do Agravo na Petição nº 3.838-0, e houve pedido de vista. Manifestei-me, na oportunidade, de forma contrária à vinculação da atuação de um Tribunal, que é Federal, à deliberação da Assembleia - e todos nós sabemos que o Governador geralmente conta com a maioria dos integrantes da Casa Legislativa. A persistir a óptica da licença, dificilmente ocorreria a perseguição criminal.

Agora, se o relator propõe o desmembramento, essa questão fica prejudicada, sob pena de invadir-se a seara de atuação do Superior.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Em primeiro lugar, queria assentar que a jurisprudência da Casa diz o seguinte, enquanto estiver pendente a autorização da Assembleia Legislativa, suspende-se a prescrição. Então, não há prejuízo para a

Inq 2.718-QO / GO

persecução penal. Este é um aspecto.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Há regra expressa nesse sentido?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Nós teríamos duas possibilidades, ou nós mantemos os dois acusados no mesmo processo, essa é uma possibilidade, e aguardamos o pronunciamento da Assembléia Legislativa, se esse for o entendimento da Casa. Quer dizer, esta é uma solução. Outra solução, é, talvez, desde logo desmembrarmos o processo e deixarmos a questão para o Superior Tribunal de Justiça.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - V. Exa. me permite, apenas para encaminharmos a votação? O Ministro Marco Aurélio fez referência a outro recurso.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Agravo na Petição nº 3.838.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Ela tem por objeto a questão do desmembramento?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não, nesse outro, essa matéria que respalda a questão de ordem - a vinculação ao assentimento da Assembleia - está versada e houve pedido de vista. Por isso é que, talvez, até observando a celeridade e a economia processuais, devemos enfrentar o problema do desmembramento.

Lembro sempre que a competência do Supremo é de direito estrito, é o que está na Carta da República e nada mais. Legislação

Inq 2.718-QO / GO

processual não a estende.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Não, necessariamente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - No caso, não há sequer conexão probatória, não é?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Os fatos são diversos, embora em alguns pontos estejam entremeados, mas é perfeitamente possivelmente..

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Vossa Excelência encaminha votação no sentido do desmembramento?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - E nós temos decidido aqui sistematicamente pelo desmembramento.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Então, V. Exa. me permita, havendo, ou não, outro recurso, a questão do desmembramento é questão prévia da questão que foi suscitada. Acho que o Tribunal tem de se manifestar. Se o Tribunal entender que é caso de desmembramento, não pode proferir nenhum juízo a respeito da necessidade da admissão pela Assembléia.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Deixemos para o órgão competente a arte de enfrentar esse tema.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - É que eu fui obrigado a trazer a questão de ordem tal como ela foi feita, quer dizer, como eu resolvi a questão de ordem num sentido, eu, estou propondo ao Plenário que desmembre. Eu não poderia aditar à

Inq 2.718-QO / GO

questão de ordem uma questão que não foi formulada.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - V. Exa. está propondo o desmembramento, porque é conveniente do ponto de vista de processamento, ou está admitindo, porque é realmente caso de desmembramento? Isto é, se não há conexão, não há...

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Ambos, Presidente, e a nessa altura do inquérito, com muitos fatos, várias provas, eu num primeiro exame dos autos, entendi que seria preferível, tanto em razão da conveniência da instrução penal, quanto pelos fatos que são distintos, muitas vezes, imputados a ambos os acusados, seria desejável que nós desmembrássemos o feito.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: O Ministério Público interveio no sentido de também propor o desmembramento deste inquérito?

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Não, o Ministério Público não propôs esse desmembramento.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro Celso de Mello (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), a esta altura, pelo que percebi, a óptica do Ministério Público é quanto à acumulação acusatória, tanto que ofertou denúncia contra os dois.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Já foi apresentada a denúncia contra os dois?

Inq 2.718-QO / GO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Nós temos aqui, se V. Exa. me permite, Ministro Marco Aurélio, e esse tem sido também o meu comportamento, prestigiado sempre a visão do Relator no sentido do desmembramento.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Isso, até porque esse é um processo que se arrasta há muito tempo, e sabemos que o próprio Ministério Público está com muitos processos para serem examinados. Quer dizer, se devolvermos agora o processo para a emissão de um parecer...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Inclusive, Ministro Ricardo Lewandowski, apenas reforçando a colocação de Vossa Excelência...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro Celso de Mello (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), muito embora a decisão não seja do Estado-acusador!

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Sim, já ofereceu a denúncia.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - É porque entendeu que há fato conexo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ministro Celso de Mello (inserido ante o cancelamento do aparte por Sua Excelência), seria a previsão da Constituição estadual?

Inq 2.718-QO / GO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas, Ministro, acho que não há dúvida quanto a isso. Para organizar, vamos propor ao Tribunal que se manifeste sobre o desdobramento. Se o Tribunal firmar o desdobramento, a questão de ordem fica prejudicada.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Essa questão fica para o órgão judicial competente, não a nós.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Exatamente, fica prejudicada a questão de ordem, se o Tribunal determinar o desmembramento.

Então, V.Exa. está propondo o desmembramento?

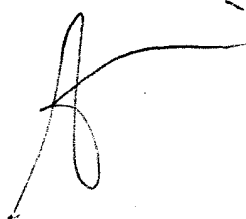
20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718-0 GOIÁSPROPOSTA

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATÓR) - Senhor Presidente, temos sempre entendido que, se depois, ao longo do processo, houver a necessidade de uma nova junção, isso será feito por meio de uma questão de ordem.

Estou propondo que se desmembre.




20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718 GOIÁSV O T O

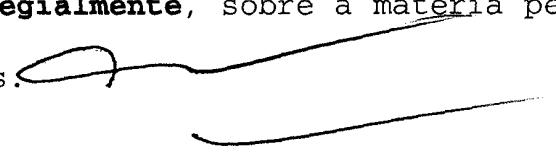
O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Senhor Presidente, peço vênua para dissentir.

Primeiramente, porque, em um procedimento penal tão complexo como este, impunha-se a prévia manifestação do Ministério Público, considerados os fins a que se refere o art. 80 do CPP.



O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Lembro, eminente Ministro, com todo respeito, que temos feito isso sistematicamente, de forma monocrática.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É verdade. Ocorre, no entanto, que, em situações qualificadas pela nota de complexidade, esta Corte tem deliberado, **colegialmente**, sobre a matéria pertinente ao desmembramento dos processos.



O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - E aí vem o agravo regimental...

Inq 2.718-QO / GO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: E enfatizo que, complexas, ou não, as situações em exame, o fato é que a iniciativa da proposta de desmembramento, nos casos referidos, tem emanado, diretamente, do eminente Procurador-Geral da República, o que parece não ocorrer na espécie ora em análise.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Não, data venia, muitos casos.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Devo registrar, ainda, a segunda razão pela qual dissinto do eminente Relator. É que desconheço, completamente, o conteúdo das peças que integram este procedimento penal. E só o desconheço porque se impôs regime de sigilo aos presentes autos.

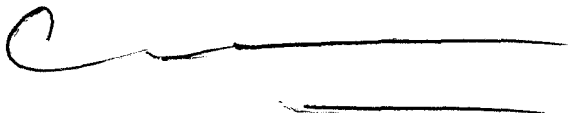
Estranhei, e muito, o fato de, sendo chamado a julgar a presente Questão de Ordem, não haver tido acesso às peças deste procedimento ora em tramitação na Corte.

O regime de sigilo, Senhor Presidente, não pode atingir o próprio julgador...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Mas alguém negou,


Inq 2.718-QO / GO

Excelência?

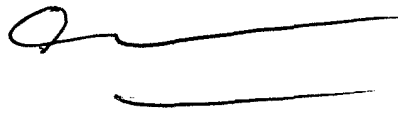
O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Simplesmente, não consegui ter acesso a estes autos. É o regime de sigilo levado ao seu paroxismo... 

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Não imagino que o segredo de justiça chegue a esse patamar.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Chegou! Como posso julgar uma Questão de Ordem ou qualquer incidente neste procedimento penal, atuando como Juiz da causa, **se sequer disponho** de acesso aos autos?

Isso é incompreensível! Mais do que incompreensível, isso é inaceitável. 

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Como?! E Vossa Excelência não determinou a apresentação incontinente? Deveria ter determinado!


O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Como os autos estivessem na residência do eminente Relator, conforme fui informado 

Inq 2.718-QO / GO


por seu Gabinete, a eles deixei de ter acesso.

Solicitei, então, à douta Procuradoria Geral da República cópia da denúncia, o que **não** se viabilizou **sob a alegação** de que referida peça não se achava disponível no sistema do Ministério Público Federal.

Esse incidente é preocupante, **pois** o regime de sigilo - **porque há de ser necessariamente excepcional** - **não pode** ser exacerbado a tal ponto **que prive**, do conhecimento integral das informações contidas nos autos, **os próprios** Juízes da causa!

Devo informar que somente tive conhecimento do que deveria ser discutido nesta Sessão **pela leitura de memorial** que o Senhor Governador do Estado de Goiás **apresentou** por intermédio de seu ilustre Advogado. 

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Para mim, é algo surrealista, Excelência.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: É absolutamente inaceitável!!! 

Inq 2.718-QO / GO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Não foi disponibilizado.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Senhor Presidente, peço a palavra. Queria dizer duas coisas. Em primeiro lugar que, evidentemente, não há sigilo com relação aos julgadores.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Sim, quanto ao Plenário não há sigilo.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Depois, se falha houve, foi da Secretaria que não juntou ao espelho a cópia da denúncia e as demais peças.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Excelência, fez-se constar no espelho que o material não seria disponibilizado. Está aqui.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Isso não foi solicitado ao meu gabinete.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Quanto a isso, vamos comunicar o fato à Presidência para que não se repita.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Vamos. Penso que isso deve ser uma regra. As cópias de tudo o que se contém nos autos, e que sejam de interesse dos Ministros, devem ser disponibilizadas.

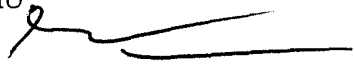
O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Vamos comunicar isso à Presidência.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -

Inq 2.718-QO / GO


Esclareço que decretei o sigilo porque há mais de um ano de interceptações telefônicas, nas quais foram gravadas muitas conversas de cunho privado, e que, evidentemente, não podem ser...

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Não questiono, eminente Ministro LEWANDOWSKI, a imposição, por decisão de Vossa Excelência, do regime de sigilo. **O que se me revela inadmissível** é a impossibilidade **de os Juízes** desta Corte **terem conhecimento prévio** das peças **existentes** no procedimento penal em questão.



O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Eu me alinho a Vossa Excelência.


O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Na realidade, **só disponho** deste "espelho" **para examinar** Questão de Ordem suscitada em procedimento penal **reputado complexo** por vossa Excelência.



O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Isso é inaceitável. Agora, se Vossa Excelência tivesse me pedido ou solicitado, imediatamente e incontinentemente eu teria disponibilizado cópia de todo o processo.

Inq 2.718-QO / GO


O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Devo dizer a Vossa Excelência, eminente Relator, que solicitei ao seu Gabinete acesso aos autos em questão, o que não se concretizou pelo fato de estarem eles em sua residência.



O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Longe de Vossa Excelência o propósito de sonegar informações ou dados.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Essa folha Vossa Excelência poderia ter conseguido na internet!

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Exatamente. E daí a minha perplexidade!





O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Toda oportunidade é boa para se corrigir um equívoco.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Sim. Para o aperfeiçoamento do Tribunal.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Então vamos resolver a questão do desdobramento. O Tribunal está de acordo com o desdobramento?

Inq 2.718-QO / GO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Fico vencido, Senhor Presidente, **porque ignoro** o que se contém nos autos. Desconheço, **até mesmo**, o próprio teor da denúncia oferecida pelo Ministério Público. **Não posso decidir** uma questão de ordem, Senhor Presidente, **se não disponho**, considerado o regime de sigilo, dos elementos **necessários** à formação de minha convicção.

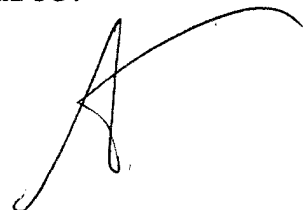


20/08/2009

TRIBUNAL PLENO

QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718-9 GOIÁSEXPLICAÇÃO

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Senhor Presidente, vou apenas limitar o meu voto ao desmembramento, porque realmente ficou prejudicada a primeira parte.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****QUEST. ORD. EM INQUÉRITO 2.718**

PROCED.: GOIÁS

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

AUTOR(A/S) (ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: O Tribunal, por maioria, decidiu pelo desmembramento do processo, determinando-se remessa de cópia ao Superior Tribunal de Justiça para conhecimento da denúncia contra o Governador do Estado, vencido o Senhor Ministro Celso de Mello, considerando-se, em consequência, prejudicada a questão de ordem. Determinou-se, ainda, seja comunicada à Presidência a necessidade de que, em todos os processos sigilosos, sejam extraídas cópias para os Ministros para efeito de julgamento. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie, licenciados os Senhores Ministros Joaquim Barbosa e Menezes Direito e, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Plenário, 20.08.2009.

Presidência do Senhor Ministro Gilmar Mendes.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, Eros Grau e Cármen Lúcia.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


Luiz Tomimatsu
Secretário